

**O COTIDIANO NAS CRÔNICAS SOBRE A CIDADE:  
FORTALEZA NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX**

José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira

Mestrando em História – UECE. Bolsista FUNCAP.

ari\_vitoriano@hotmail.com

Dentre as variadas possibilidades de acesso ao fenômeno urbano, seguimos aqui as narrativas elaboradas por aqueles que viam e viviam o cotidiano da cidade, ou seja, os cronistas, pois sua narrativa, a crônica, “é filha da modernidade, e o seu tempo é o tempo do agora” (PESAVENTO, 1997: 30).

Conforme Michel de Certeau, “toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural” (CERTEAU, 1995: 18). Se tal premissa aplica-se a nós historiadores, consideramos que podemos aplicá-la aos cronistas, que ao descreverem seu “agora”, assim o fazem em uma articulação envolvendo esse lugar de produção sócio-econômico, político e cultural, que afinal, é a cidade de Fortaleza, aqui estabelecida nas décadas iniciais do século XX, com a cotidianidade vivenciada, observada e narrada na capital cearense por estes mesmos sujeitos constituídos historicamente.

Sendo a aplicação da modernidade o fomento necessário e imprescindível à remodelação urbana em Fortaleza, tal somente poderia ocorrer concomitante a uma disciplinarização social. Não bastaria unicamente a cidade se modernizar. O processo deveria ser análogo a quem nela habitava. *Mens sana in corpore sano*. A máxima que sintetiza o ideal de beleza e equilíbrio do mundo greco-romano condiciona em si uma perfeita sincronia entre mente e corpo. Porém, no caso das cidades, mais especificamente Fortaleza, tal discussão nos suscita uma nova axiologia: habitantes modernos em uma cidade moderna.

Visando a remodelação da cidade e a disciplinarização da população, intervenções no espaço tornam-se prementes, porquanto “na intervenção, ordem urbana e ordem social são articuladas. A percepção de que a primeira redundava na última inspirará a elaboração de noções redefinidoras dos elementos constituintes da ordem urbana e da disciplina social do século XIX” (PECHMAN, 1994: 31). E a noção de

ordem, compreendida em sua aplicação nas cidades, conforma-se à noção de modernidade, posto não tratar-se apenas de um ordenamento qualquer, mas sim e especificamente uma ordem urbana.

À cidade moderna, para assim merecer tal designação, deverá ter-se indissociável a noção de urbano e, por conseguinte, urbanidade, visto que essa nova realidade “constitui-se uma ordem urbana que instaura o ‘urbano’ onde antes era a cidade. É a era do urbanismo, que canaliza progressivamente a multidão e a disciplina” (PECHMAN, 1994: 33). A noção de ruptura também é extremamente cara a nós, na azáfama que se constitui representar um conceito tão vasto de significados como modernidade. Porém, como observa Bruno Latour, “através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo” (LATOURE, 1994: 15). O processo conformador dessa nova ordem, desse novo regime, foi desencadeado justamente pelos grandes avanços tecnológicos, que, em suma, atendem pela designação modernidade.

A ordem que se institui, portanto, é uma ordem urbanística, que para ser eficaz visa não somente a uma remodelação urbana, mas também a uma disciplinarização da população, sendo todos esses elementos inseridos em um contexto onde a modernidade exerce a função de fomentadora. Assim sendo, na contextura espaço-temporal aqui delimitada, ordem, disciplina, controle e civilização, além de seus opostos, só fazem sentido quando inseridos no âmbito da modernidade. E para entrevermos aspetos dessa modernidade, que se inseria no dia-a-dia da cidade e produzia mudanças e adaptações na vivência cotidiana dos cidadãos, recorreremos às crônicas.

Acerca da utilização que fazemos das crônicas de cunho memorialístico, cabe aqui uma justificativa. Em sua análise enquanto documento histórico, as crônicas têm a importância de expressar aspectos específicos do cotidiano da cidade, de onde intentamos perceber traços que se relacionem aos, por nós denominados, descompassos.

De uma maneira distinta ao do documento no sentido positivista do termo, a crônica requer uma abordagem muito específica, retratada pela relação entre ficção e história. De acordo com Margarida de Souza Neves, através das crônicas,

É possível uma leitura que as considere “documentos” na medida em que se constituem como um discurso polifacético que expressa, de forma certamente contraditória, um “tempo social” vivido pelos contemporâneos como um momento de transformações (NEVES, 1992: 76).

Acerca da crônica e de sua importância para o historiador do presente em sua ansiedade por apreender as sensibilidades passadas, Sandra Pesavento observa que,

O ofício do historiador, contudo, nos faz olhar para as crônicas passadas como registros sensíveis de um tempo e nelas procurar realizar aquela ambição de captar o sentido das ações e das formas dos homens do passado perceberem a si próprios e ao mundo. Para o historiador do presente a crônica se oferece como um exercício imaginário para a apreensão das sensibilidades passadas (PESAVENTO, 1997: 31).

As crônicas podem ser consideradas relevantes documentos na labuta empreendida pelo historiador porque se estabelecem enquanto elementos que descrevem as novidades desse momento de transformações situado nas décadas iniciais do século XX, captando suas sensibilidades. Por isso, a compreensão do termo “sensibilidade”, conforme o define Sandra Pesavento, abrange nossas concepções inerentes ao momento histórico aqui delimitado:

Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam, por sua vez, do real e do não real, do sabido e do desconhecido, do intuído ou pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real. (PESAVENTO, 2003: 58).

Ainda de acordo com Pesavento, é este mundo do sensível que incorre nas formas de valorizar e classificar o mundo ou de atuar diante de determinadas situações e agentes sociais. Em suma,

As sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos. Pensar nas sensibilidades, no caso, é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e formas de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos (PESAVENTO, 2003: 58-59).

As narrativas em forma de crônica a nós se apresentam como imagens de um tempo social, no qual buscamos perceber as atuações de determinados agentes diante de determinadas situações presentes em seu cotidiano. Tais narrativas não são tidas

meramente como dados, mas sim como construções consideradas aqui documentos, pois estas crônicas nos possibilitam justamente um mergulho, a partir das narrativas sobre o cotidiano, no estudo do indivíduo e de sua subjetividade, chegando até o sensível, aos sentimentos. Destacamos, ainda, que o objeto da crônica é o tempo vivido como também o cotidiano construído pelo cronista, uma vez que este, ao eleger um tema, narra o momento vivido, se estabelecendo, dessa forma, como uma testemunha privilegiada de um tempo, no caso, de seu tempo, resultando daí nossa busca em estabelecer um diálogo entre as narrativas histórica e literária, posto que é no diálogo da literatura com a história que se pode chegar mais perto destas sensibilidades vividas.

Tanto a história como a literatura empenham-se no afã de capturar o vivido e de (re)apresentar o passado. Cada uma é, portanto, a construção de uma experiência, onde o que se constrói (ou reconstrói) são narrativas calcadas nas sensibilidades de um outro tempo, tempo este que se torna perceptível ao historiador, também, através da literatura, sendo no nosso caso, mais especificamente através das crônicas. Sandra Pesavento considera que,

O historiador é obrigado a realizar sempre uma ficção perspectivista da história, dado que é impossível a existência de uma história que recolha simplesmente o passado nos arquivos. Não se chega, pura e simplesmente, a fatos aprioristicamente estabelecidos por fontes. A história é, neste sentido, sempre construção de uma experiência, que tanto reconstrói uma temporalidade quanto a transpõe em narrativa (PESAVENTO, 2000: 38-39).

Através das crônicas intentamos vislumbrar o cotidiano e as identidades urbanas nelas contidas. Consideramos que “as identidades urbanas têm uma temporalidade de construção, que articulam uma coerência própria, perceptível numa determinada época” (PESAVENTO, 1995: 118-119). Dessa forma, para depreendemos as identidades urbanas que se constituíam na Fortaleza do início do século XX, lançamos mão de relatos que, inseridos no contexto de mudanças do período, nos fornecem um panorama que pode captar o “espírito da época”. Por isso recorreremos aos discursos literários, em especial às crônicas escritas sobre a capital cearense no período em análise, visto que:

A crônica é uma narrativa por excelência apropriada para o estudo do imaginário de uma época, entendendo nesta designação não só o sistema de idéias e imagens que toda comunidade constrói para si, mas, também, um conjunto de significados de que esta representação coletiva é portadora. (PESAVENTO, 1997: 34)

Ainda conforme Pesavento, o imaginário:

É esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de atribuição de significados à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exequíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram, mas que um dia foram concebidas (PESAVENTO, 2007: 11-12).

Ao recorrermos a uma crônica escrita em 1900, percebemos algumas das mudanças advindas em Fortaleza:

Também era ainda muito pequena e atrasada esta Capital. Ainda não tinha Passeio Publico, praças arborizadas, templos magestosos, edificios elegantes, tantas e tão grandes ruas alinhadas, calçamento, iluminação á gaz, linhas de bondes, carros de aluguel, hotéis, kiosques, clubs, prado, corridas de touros, a cavallo e á bicycletta, kermesses, bazar, e mais novidades, umas uteis, outras inúteis, e muitas prejudiciaes á saúde, á algibeira, e mesmo aos costumes; porque a civilização assim como traz em seu largo bojo muitos beneficios, tambem traz muita mascara de hypocrita; e a hypocrisia é com certeza perigosissima, pois de todos os vicios é o que mais se confunde com a virtude, e que por isto mesmo mais illude os incautos e bem intencionados (NOGUEIRA, 1900: 142-145).

Elencando diversos benefícios introduzidos na cidade desde sua infância, o cronista informa-nos que na sua meninice a cidade de Fortaleza “ainda não tinha” tais benefícios. Portanto, se a cidade ainda não os tinha era por que a civilização e a modernidade ainda não haviam chegado. Sendo assim, Fortaleza ainda poderia ser considerada muito pequena e atrasada, ainda sem mudanças substanciais em sua fisionomia e, por conseguinte em seus costumes. Mas tais benefícios representavam apenas uma face da civilização. A outra face seria representada por um vício: a hipocrisia. O autor faz questão de mencionar que as novidades introduzidas pelo processo civilizatório por qual ele viu passar a cidade são de dois tipos: úteis e inúteis. Ou seja, a civilização e a modernidade trariam consigo, simultaneamente, a virtude e o vício, o benefício e o malefício, a utilidade, mas também a inutilidade.

Outro cronista, João Nogueira, em uma crônica publicada em 1938, observa que “a Fortaleza de 1861, comparada com a de hoje, era, pode dizer-se, um arremedo de cidade” (NOGUEIRA, 1981: 30). Fica nítida nessa comparação, que enfoca a capital cearense em dois momentos separados entre si por 77 anos, que o progresso, trazido pela modernidade, se fazia firmemente presente e que devido a ele, Fortaleza era uma capital que se mostrava meritória de ser tratada como uma cidade desenvolvida e não mais um mero arremedo de cidade.

A idéia de ruptura e conseqüentemente de modernidade se fazem presentes no relato de João Nogueira, contudo, o autor ressalta aqueles que ainda não foram bafejados pelo sopro da modernidade: “que belo exemplo de amor à tradição não dão eles [os caboclos de *Porangaba*, que participavam da festa do divino] ao Ceará de hoje, que faz praça de esquecer o passado e de tudo renovar” (NOGUEIRA, 1981: 103). Se “tudo se renova”, há, portanto, rupturas. Mas essas rupturas não conseguem extinguir a tradição, mesmo que ter amor à tradição, no relato do cronista, seja exceção e não regra.

O aspecto interessante a se ressaltar é que a cidade, que para alguns poderia ainda se mostrar ingênua e simples como uma criança, exalando simplicidade, é a mesma em que “dizem certos entusiastas que os desastres de rua estão na razão direta do progresso das cidades e que são o índice (ou termômetro) pelo qual se avalia o progredir de cada terra” (NOGUEIRA, 1981: 166). Este trecho é de uma crônica de 1936 do mesmo João Nogueira que destaca o fato de viver numa Fortaleza que não mais seria um arremedo de cidade. Porém, ele observa bem que o progresso não traz consigo somente vantagens, pois com o aumento do fluxo de veículos na cidade há, conseqüentemente, um aumento no número de acidentes.

Destilando toda sua ironia, o cronista faz uma apologia ao progresso: “quanto mais os nossos carros quebrarem pernas e matarem gente, tanto melhor, porque tais acidentes mostram que a Fortaleza tem vida, tem gente, movimento e progride” (NOGUEIRA, 1981: 166). Eis o preço pago pelo progresso, que paradoxalmente ao gerar e evidenciar toda a vitalidade e movimento que existiam na cidade, assim o faria ao custo das valiosas vidas de seus habitantes.

Na contra mão dos relatos que evidenciam uma cidade progressista, apesar dos problemas advindos com este progresso, diversas são as narrativas que se concentram em descrever os aspectos acanhados da Fortaleza entre o final do século XIX e o início do século XX. A relevância de tais relatos para a compreensão das representações e das sensibilidades da cidade consiste em sua excelência para o estudo do imaginário.

João Nogueira, outra vez aqui citado, é enfático ao caracterizar a Fortaleza do final do século XIX como uma “cidade absolutamente pacata” (NOGUEIRA, 1981: 17). Ao referir-se ao relógio da Sé, o autor considera que “primitivamente, era o regulador da cidade, espécie de coração da aldeia da pequenina e tranqüila Fortaleza de então”. (NOGUEIRA, 1981: 65) Noutra crônica os termos utilizados são “pequena e moderada” (NOGUEIRA, 1981: 128). Mais ainda, o autor reporta-se “ao tempo em que Fortaleza era uma aldeia pobrezinha espalhada pelas areias do mar” (NOGUEIRA, 1981: 158).

Nos relatos de João Nogueira, temos uma cidade que nos estertores do século XIX e no alvorecer do século XX era meritória de designações como pacata, pequenina, tranqüila e moderada, além de ser denominada e classificada como uma aldeia. Uma descrição dessas nos remete a uma realidade com hábitos muito provincianos, pois conforme Nogueira “eram festivos e risonhos os enterros de *anjinhos* ao tempo em que a Fortaleza não tinha pretensões a Metrópole” (NOGUEIRA, 1981: 85).

Nas palavras de Mozart Soriano Aderaldo temos uma “Fortaleza, de inflexíveis tradições, aquela cidadezinha de 1887 guardando, inconscientemente talvez, o antigo espírito medieval” (ADERALDO, 1974: 105). O autor recorre, num aparente disparate, a uma comparação entre a Fortaleza da penúltima década do século XIX com o período medieval. Porém, logo a seguir surge a devida explicação, pois haveria “a constante na profissão, que passava de pai a filho, sucessivamente” (ADERALDO, 1974: 106).

Às diversas descrições de cidade acanhada, juntamos aquelas que consideram Fortaleza como uma cidade provinciana, repleta de práticas que muitas vezes são lamentadas e combatidas pelos cronistas. João Nogueira critica essa faceta provinciana da capital cearense. Vemos isso quando de sua seguinte observação: “e outras coisinhas que, chegando a Fortaleza, viram grandes coisas, como ainda hoje acontece” (NOGUEIRA, 1981: 25).

O cronista Aderaldo, ao tratar da inauguração do Cine Moderno, ocorrida em 1922, observa que este passou a ser “freqüentado pelas melhores famílias da terra, dando-se assim novo passo para a alteração de costumes arraigados nos habitantes da cidade, até então excessivamente caseiros” (ADERALDO, 1974: 53). O autor parece exultar as alterações ocorridas na cidade, exemplificado aqui na inauguração de um novo equipamento de diversão, que acabariam por modificar costumes que estavam arraigados nos habitantes de Fortaleza. Ao tratar do início do funcionamento das caixas postais, ocorrido em 1889, Aderaldo considera que tal serviço trouxe “grande melhoramento para a capital cearense, que, no alvorecer do Século XX, se esforçou por apresentar sinais de cidade adiantada” (ADERALDO, 1974, p. 50).

Outros relatos que descrevem Fortaleza como uma cidade provinciana e atrasada podem ser auferidos, como em crônicas de Otacílio Colares. Numa delas, intitulada “A Fortaleza através das letras”, ao tratar da chegada ao Ceará do novo presidente da província, Manoel Inácio de Sampaio, ocorrida no longínquo ano de 1813, o autor reporta-se da seguinte forma:

Homem de vivência em centros então bem mais adiantados do Brasil, Sampaio, quando aqui aportou, o fez para encontrar um burgo mal desenvolvido, ronceiro em tudo – nos hábitos, nas tradições, no trato social e, sobretudo, no que concernia aos domínios da inteligência e da cultura (COLARES, 1980: 67).

Noutra crônica, as memórias sobre a Fortaleza de antigamente trazem a constatação de que eram “bons tempos aqueles, em que a cidade-menina era íntima de todos nós, que lhe conhecíamos as virtudes e os defeitos, mais virtudes que defeitos, na alma cândida de um século em começo...” (COLARES, 1980: 152).

Segundo Edigar de Alencar, Fortaleza não era apenas uma cidade pacata, provinciana e acanhada. Conforme o autor, a sociedade fortalezense era “bastante fechada e preconceituosa” (ALENCAR, 1980: 91), característica que se coaduna com uma cidade realmente provinciana e tacanha e não, como desejavam muitos, desenvolvida, com ares de metrópole. Noutra crônica, Alencar observa que “Fortaleza sempre fora uma sociedade preconceituosa, quase fechada. Esse preconceito era evidente até nos jardins públicos, onde as camadas da classe mais abastada podia misturar-se à da classe média, nunca, jamais, à massa” (ALENCAR, 1980: 165-166).

Vale ressaltar, porém, que havia cronistas que consideravam Fortaleza como uma cidade grande, moderna e desenvolvida. Em suma, muitos viam ou queria ver, ao contrário das opiniões acima citadas, a capital cearense como uma verdadeira metrópole. Evidentemente uma metrópole com suas muitas especificidades.

Para Marciano Lopes, “embora Fortaleza daquele tempo fosse uma encantadora província, se comparada à minha pequenina e inocente Beberibe, me parecia uma Metrópole” (LOPES, 1989: 110). É interessante percebermos que mesmo considerando Fortaleza uma “província”, o cronista, ao compará-la com sua cidade de origem, ainda menor, confere-lhe o *status* de metrópole. E prosseguindo nas comparações, o autor cita que sua chegada à capital cearense, oriundo de sua natal Beberibe, seria “algo como deixar Fortaleza, agora, e chegar à Nova York. Encantavam-me os prédios altos, as lojas bonitas e suas vitrinas, as ruas pavimentadas, os carros, o barulho ensurdecido dos bondes” (LOPES, 1989: 110).

A realidade vista e vivida por Marciano Lopes, portanto, mostrava-se deveras paradoxal, pois a mesma cidade que é descrita como uma “encantadora província”, também podia ser tida como uma “metrópole”, na qual as ruas movimentadas, os prédios altos, os carros e os bondes encantavam a seu novo habitante. Ao mesmo tempo “metrópole” e “província”, a Fortaleza de Lopes variava sua alcunha de acordo, tão

somente, com a comparação com uma outra cidade, sendo esta maior (Nova York) ou menor (Beberibe).

Nesta mesma perspectiva levantada acima, Antônio Martins Filho, no prefácio de um livro sobre a Praça do Ferreira, também se refere ao movimento da cidade:

Conheci a Praça do Ferreira nos idos de 1918. (...) Esta, aliás, a primeira aventura de um garoto de quatorze anos, ávido em conhecer a cidade grande, ruas largas e movimentadas que conduziam a praças cheias de árvores, sobrados e edifícios de muitos pavimentos, de onde a gente chegava a ver o mar (JOB, 1992: 5).

Tanto para Marciano Lopes como para Antônio Martins Filho, a Fortaleza daquela época merecia títulos enaltecedores como o de “metrópole” e de “cidade grande”, respectivamente. Como os dois são oriundos do interior do Estado, tais títulos decorrem das comparações entre a capital cearense, então já a maior e mais importante cidade (política, econômica e administrativamente) do Ceará, com as cidades natais de ambos. Mas se as comparações são feitas tendo como parâmetro metrópoles mundiais, como Nova York, por exemplo, o título passa a ser outro: “província”, como cita Lopes.

Um poema de José Maria Mendes sobre a cidade de Fortaleza, dá bem a medida dessa cidade que podia ser tanto metrópole quanto província:

Cidade algo moderna, algo provinciana, algo civilizada e algo mal educada. Em resumo, porém: cidade formosa, hospitaleira e gostosa. Movimento nas ruas, arranha-céus, casinhas pequeninas, onde nosso amor nasceu. Automóveis de luxo. Caminhões e aviões. Jumento carregando água. Pregões. Ônibus repletos, businando. Guardas apitando, reclamando e multando (MIRANDA; GIRÃO, 1954: 65-66).

Em suma, as memórias trazidas até nós pelos cronistas nos evidenciam uma cidade onde um imaginário moderno (Fortaleza metrópole) coexistia como um imaginário não tão moderno assim (Fortaleza provinciana). Mas o que cabe aqui ressaltar, como um fechamento deste artigo, mas que de fato é o ponto primordial da pesquisa que desenvolvo no mestrado, é a configuração de um imaginário que, consistindo em perceber a cidade de Fortaleza como um lugar no tempo, mas também um tempo no espaço, tem na memória de um “espírito da época” sua condição deslocável, móvel e crente nos possíveis, como nos lembra Certeau. E como nos faz lembrar um dos cronistas aos quais recorreremos, Otacílio Colares,

O trabalho do cronista, muita vez, em certas retrospectivas que promove, não tem outro sentido que não o de tornar de novo conhecidos fatos e gente que, com o passar do tempo, se vão

perdendo, juntamente com os ossos dos que por derradeiro os ouviram relatados dos maiores (COLARES, 1980: 13).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1974.
- ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de ontem e anteontem**. Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1980.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- COLARES, Otacílio. **Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande**. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980.
- JOB, Daniel Carneiro. **Praça do Ferreira: o inédito, o sério e o pitoresco**. 2. ed. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo, 1992.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LOPES, Marciano. **Royal Briar: Fortaleza dos anos 40**. 3. ed. Fortaleza: Tipoprogresso, 1989.
- MIRANDA, Ubatuba de; GIRÃO, Raimundo. **Retrato de Fortaleza**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1954.
- NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CÂNDIDO, Antônio (et al). **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha: crônicas**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC / PMF, 1981.
- NOGUEIRA, Paulino. Um epitaphio na calçada. In: **Almanaque do Ceará para o ano de 1900**. Fortaleza: [s.n.], 1900.
- PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Maria Stella. **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.
- PESAVENTO, Sandra. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). **Anos 90**, Porto Alegre, n. 4, dez. 1995.
- \_\_\_\_\_. Crônica: a leitura sensível do tempo. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997.
- \_\_\_\_\_. **Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura**. Coimbra: Faculdade de Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- \_\_\_\_\_. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. v. 27, n. 53, 2007.